



*Agenda 150 Anos de Memória  
Histórica do Tribunal Bandeirante*

*Homenagem ao  
Desembargador José Luiz Vicente de  
Azevedo Franceschini*

*05/11/2015*

# ÍNDICE

Clique nas chamadas para ser remetido para a página onde se localiza o texto

DISCURSO - Des. José Gaspar Gonzaga Franceschini (Orador em nome do Tribunal de Justiça de São Paulo)

DISCURSO PROFERIDO EM NOME DA FAMÍLIA - Maria Gabriela Franceschini Vaz de Almeida (irmã do homenageado)

ENCERRAMENTO - Des. Eros Piceli (Vice-Presidente do Tribunal de Justiça)

A Corte paulista, em cerimônia realizada no Palácio da Justiça, homenageou o desembargador **José Luiz Vicente de Azevedo Franceschini**, em continuidade à Agenda 150 Anos de Memória Histórica do Tribunal Bandeirante.

A Agenda 150 Anos de Memória Histórica do Tribunal de Justiça Bandeirante relembrou a biografia e a carreira do desembargador José Luiz Vicente de Azevedo Franceschini, homem que dedicou a vida à Justiça e à filantropia.

José Luiz Vicente de Azevedo Franceschini nasceu no dia 17 de setembro de 1917, na cidade de São Paulo. Estudou Direito na USP, turma de 1939. Ingressou na Magistratura em 1942, sendo nomeado para a Comarca de São Carlos. Nos doze anos seguintes foi juiz nas cidades de Ubatuba, Paraibuna, Santa Branca e Amparo, antes de ser promovido para a capital em 1954. No ano de 1967 foi novamente promovido, desta vez para o Tribunal de Alçada Criminal de São Paulo. Foi alçado ao posto de desembargador em 1975. Aposentou-se em 1979 para dedicar-se à filantropia, atividade que exerceu até pouco antes de seu falecimento, em 2012. Entre as diversas homenagens que recebeu ao longo da vida destaca-se o fato de ser o patrono do Foro Regional do Butantã.

Para falar em nome do Tribunal foi designado o desembargador **José Gaspar Gonzaga Franceschini**, vice-presidente do Tribunal de Justiça no biênio 2012/2013 e filho do homenageado:

Exmo. Sr. Desembargador EROS PICELI, Digníssimo Vice-Presidente deste E. Tribunal de Justiça, em cuja pessoa cumprimento os demais membros do Conselho Superior da Magistratura, autoridades, colegas, parentes e amigos aqui presentes.

Senhoras e Senhores.

Muito feliz e oportuna foi a iniciativa do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, em especial do Senhor Presidente Desembargador José Renato Nalini em conjunto com o Coordenador da Agenda 150 Anos, o Desembargador Ricardo Henry Marques Dip, de instituir esse belíssimo Projeto de Memória Oral dentro das comemorações do Sesquicentenário desta Corte, já iniciadas e que se espera continuem em próximas gestões, revigorando a tradição de cultuar vultos da história do Judiciário Bandeirante.

Esta cerimônia ocorre em cumprimento desse nobre objetivo, abrindo-me o ensejo de agradecer a incumbência que me foi atribuída, de falar a respeito de meu pai, o Desembargador JOSÉ LUIZ VICENTE DE AZEVEDO FRANCESCHINI.

JOSÉ LUIZ VICENTE DE AZEVEDO FRANCESCHINI nasceu em São Paulo aos 17 de setembro de 1917, para anunciar a primavera que se aproximava, segundo ele próprio gostava de dizer. Estaria hoje, se vivo fosse, com 98 anos de idade. Filho do Maestro e Compositor Furio Franceschini, 1º organista da Catedral da Sé, e de Maria Angelina Vicente de Azevedo Franceschini, meus queridos e saudosos avós.

O menino José Luiz desde criança foi muito traquinas e brincalhão, traços que conservou por toda a sua vida, acrescidos de invejável inteligência, enorme vivacidade, espírito inquieto, rapidez de raciocínio, sempre pronto e preparado para tiradas e respostas argutas, espirituosas e bem humoradas. Mas, no exercício de sua atividade profissional tinha uma capacidade de trabalho fora do comum, personalidade dinâmica, seriedade, sisudez, responsabilidade e competência extraordinárias, sem, porém, desperdiçar – evidentemente em momentos adequados – a oportunidade de fazer alguma brincadeira.

Por óbvias razões, não presenciei suas travessuras de criança. Porém, conto com suas próprias confissões, documentos e testemunhos de seus 5 irmãos, Maria Thereza, Felipe, Irene, Manoel e Maria Gabriela, que, por sinal, honra-nos hoje com sua presença, e que, com 93 anos de idade, ainda comanda duas importantíssimas entidades no bairro do Ipiranga, ambas de origem familiar, a Fundação Nossa Auxiliadora do Ipiranga, antigo “Asylo de Meninas Orphans Desamparadas”, e o Hospital Dom Antonio de Alvarenga, antes Clínica Infantil do Ipiranga.



Certa vez, um dos seus cinco irmãos contou-me que em muitas ocasiões, ao anúncio da chegada da professora para a aula de piano, o menino com rapidez subia uma árvore acolhedora e permanecia escondido entre os seus galhos até o final do horário e saída da mestra da casa de meus avós.

Tenho guardado um escrito presenteado ao nosso homenageado há 10 anos, em um dos seus aniversários, o do dia 17 de setembro de 2005, pela minha tia Irene, religiosa da Congregação das Irmãs de São José, que durante muitos anos trabalhou com o Bispo D. Pedro Casaldáliga como Missionária na Prelazia de São Felix do Araguaia. Nesse documento, a mensagem da irmã ao aniversariante: uma “lembrança da nossa infância tão alegre, cheia de zangos de Mamãe e de Tia Virgínia e reprimendas de Mamãe, e o grande castigo que recebíamos de nossas travessuras, quando tínhamos que cerzir nossas meias...”.

Nesse documento, minha tia Irene descreveu apenas 13 das inúmeras travessuras de nosso homenageado. Uma delas: muito religioso, como toda família, meu bisavô José Vicente de Azevedo doou um grande terreno para a construção do Seminário Central do Ipiranga. Para a cerimônia de lançamento da pedra fundamental, foram convidados muitos bispos, que deixaram na casa da família seus respectivos barretes – uma espécie de chapéu, cobertura que os clérigos usam para a proteção da cabeça –, recebendo cada religioso uma senha com o número correspondente ao barrete entregue para guarda, com o objetivo de evitar confusão na hora da saída. O menino José Luiz observou tudo de longe e depois que os bispos retiraram-se para a cerimônia, teve a ideia de trocar todas as senhas dos barretes. Finda a solenidade, quando os bispos voltaram à casa para apanhar seus respectivos chapéus, grande confusão formou-se, pois o número que cada um portava não correspondia ao do seu barrete. No dia seguinte, ao chegar ao Seminário do Ó para dar sua aula de Canto Gregoriano, meu avô Furio Franceschini recebeu o recado de que o Reitor queria falar-lhe, e então teve que ouvir, com grande constrangimento e vergonha, que um dos seus filhos havia “desacatado” os bispos. Meu avô logo suspeitou de José Luiz, mas nada disse e recebeu do aborrecido Reitor um feixe de varas de marmelo, com a seguinte recomendação: “É para o senhor educar seus filhos...”. Ao chegar em casa envergonhado, vovô Furio reuniu os filhos, fez um interrogatório, em vão, e advertiu que aquele que voltasse a realizar algum outro malfeito iria apanhar com vara de marmelo, guardando o feixe em um armário. Alguns dias depois, ausentes da casa meus avós, a lenha usada no forno para fazer a refeição estava molhada, o que deixou a cozinheira muito aflita. Então, o menino José Luiz imediatamente teve mais uma brilhante ideia e perguntou: “será que vara de marmelo serve para acender o fogo e fazer a refeição?”. Ante a resposta de possibilidade de sua utilização se estivesse seca, o menino com rapidez foi buscar as varas no armário e, para grande alegria e alívio da cozinheira, salvou-se a refeição. Graças à nobre e providencial iniciativa do garoto, a serviçal depois lhe fez rasgados elogios aos meus avós que, por isso, ficaram sem jeito de repreendê-lo, livrando-se o menino, aliviado, das futuras e inevitáveis muitas surras de vara de marmelo que sofreria e do castigo de, mais uma vez, ter de cerzir meias...

Nosso homenageado JOSÉ LUIZ VICENTE DE AZEVEDO FRANCESCHINI bacharelou-se pela gloriosa Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, Turma de 1939. Logo prestou concurso para o Ministério Público e foi aprovado em 1º lugar.

Era tempo de namoro ou noivado com minha saudosa mãe Evangelina Gonzaga Franceschini, filha do então já Desembargador João Marcelino Gonzaga e de sua esposa Zalina Garcia Gonzaga. Como recomendavam os cuidados e boas maneiras da época, meus avós maternos determinavam à filha caçula, Iolanda, que fizesse companhia aos namorados no terraço da casa do casal. Entretanto, como depois relatado pela própria Iolanda e confirmado por meus pais, para ficar a sós com a namorada ainda que por alguns instantes, o hoje homenageado oferecia à futura cunhada alguns trocados, com a condição dela ir imediatamente comprar doce na esquina.

Mas, já que mencionei João Marcelino Gonzaga, digo que meu avô materno, após haver judicado em 1ª Instância em diversas cidades do interior e na Capital, atingiu, em 11 de maio de 1935, o pináculo da carreira, ao ser nomeado Desembargador da Corte de Apelação, quando tinha apenas 43 anos de idade, àquela época jovem demais para assumir tão importante função. E no Tribunal Paulista ocupou todos os cargos de direção com



real eficiência. Foi Corregedor nos anos de 1948/1949, 2º e 1º Vice-Presidente nos biênios 1954/1955 e 1956/1957 e, finalmente, Presidente da Corte em 1958/1959. Dos seus quase 40 anos de carreira na Magistratura, mais da metade – praticamente durante 26 anos – João Marcelino Gonzaga exerceu o cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Foi a pessoa que por mais tempo permaneceu em exercício como Desembargador na mais Alta Corte do Estado. E, recentemente, porque teve seu nome dado ao Fórum de Iguape por decisão do E. Tribunal de Justiça de São Paulo através do Assento Regimental nº 112/1988, recebeu bela homenagem naquela cidade, onde, aliás, nasceu e onde eu depois judiquei. E lá ele nasceu porque meu bisavô materno João Bernardino Cesar Gonzaga fora um bom tempo antes nomeado Juiz de Direito daquela comarca por Decreto assinado pelo Imperador D. Pedro II, onde acabou casando-se com a iguapense Emilia de Andrade Gonzaga.

Aliás, não posso deixar de contar – permitam-me o orgulho – que sou, na minha família, a 6ª geração de Magistrados. Meu pai, ora homenageado; e os demais pelo lado materno: meu avô João Marcelino Gonzaga, meu bisavô João Bernardino César Gonzaga, já mencionados, meu trisavô João Marcelino de Souza Gonzaga que, também ao tempo da Monarquia, foi juiz em Pindamonhangaba, onde, por coincidência, igualmente eu judiquei, e meu tetravô ou tataravô João Bernardino Gonzaga, todos foram Juizes. O último mencionado, João Bernardino Gonzaga, meu tataravô, tinha origem lusitana e veio para o Brasil com a missão de proteger as filhas do rei de Portugal, Dom João VI, por ocasião da invasão do sul da Europa por Napoleão. Pelos bons serviços prestados ao Império, foi distinguido pelo Imperador com sua nomeação, no Brasil, para Vogal do Conselho Supremo Militar, primitiva denominação do Supremo Tribunal Militar, através de decreto de 1836.

Mas, voltemos ao homenageado. Meu avô João Marcelino Gonzaga teve 5 filhos, 4 mulheres (minha mãe Evangelina, Helena, Marília e Iolanda, a caçula) e 1 homem, João Bernardino Gonzaga. O desejo de meu avô era que seu único filho homem seguisse a carreira da Magistratura. Entretanto, influenciado pelo tio Basileo Garcia, João Bernardino Gonzaga revelou vocação para a Advocacia e pelo ensino do Direito Penal, matéria que lecionou nas Faculdades de Direito da USP e da PUC de São Paulo, onde foi Diretor. Então, já Promotor de Justiça, JOSÉ LUIZ VICENTE DE AZEVEDO FRANCESCHINI foi estimulado pelo futuro sogro a prestar concurso para a Magistratura. Uma vez convencido, submeteu-se a exame e outra vez viu-se aprovado em 1º lugar.

Como Juiz Substituto, foi nomeado para a comarca de São Carlos, por decreto de 12 de junho de 1942. Casou-se quase 6 meses após, em 3 de dezembro de 1942. E quando eu já era nascido, foi promovido para a comarca de Ubatuba, por decreto de 20 de dezembro de 1944. Ainda como Juiz de 1ª Entrância, foi removido para a comarca de Paraibuna, por decreto de 20 de fevereiro de 1945, tendo assumido no dia em que eu completava um ano de idade, em 26 de fevereiro de 1945, poucos dias antes do nascimento do meu irmão José Vicente. E após, mais uma remoção, para a comarca de Santa Branca, por decreto de 10 de abril de 1945, onde meus pais vieram a conhecer seus inesquecíveis amigos e compadres Brás e Viola.

Posteriormente, por decreto de 30 de junho de 1947, praticamente dois anos antes do nascimento do meu segundo irmão José Inácio, o hoje homenageado foi promovido para a comarca de Amparo, como Juiz de Direito de 2ª Entrância.

Em Amparo, até hoje JOSÉ LUIZ VICENTE DE AZEVEDO FRANCESCHINI é respeitado e lembrado como grande Magistrado, justo, dinâmico, enérgico, destemido e com grande capacidade para o trabalho. Aliás, porque contava com um pouco mais de idade, da cidade eu guardo muitas boas lembranças. Dos meus amigos de então e do futebol jogado descalço na rua de paralelepípedo com bola de meia. Dos jogos de pião e bolinha de gude. Meu pai também se encantou com a cidade e com a região, tanto que acabou adquirindo um terreno em cidade vizinha, situada a cerca de 10 quilômetros de distância, Monte Alegre do Sul, onde, em chácara que denominou “Toca do Lobo Solitário”, com minha mãe, o casal passou os últimos anos de vida.

Papai contou-me um dia que, como Juiz de Amparo, recebeu três grandes lições de vida. Lembro-me de apenas duas delas, que passo a relatar: certo advogado tinha o hábito de, ao despachar pessoalmente com o



Magistrado, em silêncio manter a mão direita enfiada no bolso do paletó e praticamente lançar desleixadamente sobre a mesa, com a mão esquerda, as petições. Certo dia, já incomodado com essa falta de modos, rigoroso que era, admoestou o advogado que, desculpendo-se com indisfarçável constrangimento, tirou do bolso do paletó o coto da sua mão direita amputada... E, agora, a segunda lição de vida que me contou haver tomado em Amparo: soube que certa mãe não estava mantendo boa conduta, prostituindo-se em casa humilde onde morava com o filho menor. Determinou que fosse ela levada imediatamente à sua presença, quando lhe passou severa advertência, de que poderia perder a guarda do filho. Então, nada mais restou à pobre mãe senão perguntar ao Magistrado: “Mas, doutor, como vou dar comida ao meu filho?”.

Foi ainda em Amparo que meu pai, com quase 5 anos de carreira, conseguiu comprar o seu primeiro automóvel, de cor preta, que eu e meus irmãos, com enorme alegria e surpresa, vimos estacionado na frente de nossa casa, na rua São Benedito nº 5. Mas, também foi em Amparo que eu passei um dia de inesquecível e enorme aflição. Segundo os sempre úteis ensinamentos que recebi dos amigos de rua, o melhor modo de caçar morcegos era através de uma fogueira. Pois bem: no velho sótão de nossa casa havia morcegos e eu, bom aluno, resolvi por em prática as lições. Quando a fumaça começou a invadir o interior da casa, minha mãe, apavorada, surgiu para apagar o começo de incêndio e fez-me arrepiante ameaça: “você vai ver quando seu pai chegar do Fórum!”. Aguardar a chegada do meu pai, àquele tempo ainda sisudo e nada brincalhão com os filhos pequenos, não foi fácil! Mas ele, felizmente, talvez por ter se lembrado de suas inúmeras travessuras quando criança, nada me fez. Aliás, papai jamais bateu em qualquer dos filhos, embora naquele dia o candidato a incendiário bem o merecesse... Seu carinho para com os filhos era velado, mas presente, forte! Um mero olhar era suficiente para educar.

Quando eu estava prestes a completar 10 anos de idade, JOSÉ LUIZ VICENTE DE AZEVEDO FRANCESCHINI foi promovido para a comarca da Capital, de 3ª Entrância, por decreto de 16 de fevereiro de 1954, e passamos a morar no bairro do Ipiranga, onde ele tinha nascido. E assistimos, com muita alegria, as festas em comemoração ao 4º Centenário da cidade, no Vale do Anhangabaú. Na casa do Ipiranga eu e meus irmãos vivemos uma grande emoção: dia de Natal, logo pela manhã, em uma brincadeira de “caça ao tesouro” carinhosamente montada pelos nossos pais, as pistas levaram-nos até um quarto onde estava nosso presente: a primeira televisão!

No mesmo ano de 1954, JOSÉ LUIZ VICENTE DE AZEVEDO FRANCESCHINI foi promovido para a 4ª Entrância, como Juiz de Direito da 2ª Vara da Família e das Sucessões da Capital, por decreto de 18 de novembro de 1954, de onde foi removido, 6 anos depois, para a Vara da Presidência do Tribunal de Júri, por decreto de 12 de abril de 1961, em preparação para a promoção para a 2ª Instância, o que aconteceu 12 dias após, como Juiz de Direito Substituto.

E foi como Substituto de 2ª Instância que o ora homenageado teve um dos seus acórdãos elogiado em artigo de jornal intitulado “Método de ensinar piano mereceu erudita decisão”, do conhecido jornalista J. A. Alvarenga, em sua coluna “A vida nos Tribunais”, em complexo caso de plágio relacionado a direitos autorais. O articulista observou que o Relator era “filho de um músico de alto respeito – maestro Furio Franceschini”, e escreveu que às vezes “deparamos com decisões antológicas, cheias de rico sabor não só quanto às sutilezas técnico-jurídicas que devem orientar à solução da lide, mas também com relação a outros campos de conhecimentos, ciências e artes”.

Foi nessa fase de minha vida que, quando passávamos férias em nossa casa de Itanhaém, um tio, dono de brilhante careca, ficou com a cabeça muito queimada de sol. Meu pai, então, sempre solícito, deu-lhe um óleo para passar na parte queimada. Não muito tempo após, sua deslumbrante careca passou a servir de pouso para moscas e mosquitos, apurando-se então a arte: a careca do meu tio estava completamente lambuzada de mel.

Lembro-me bem que na época em que eu fazia o curso de Direito, entusiasmado com as trajetórias do meu avô e do meu pai, e tendo-os como exemplos, resolvi ser Juiz. Conteí minha vocação ao ora homenageado e dele ouvi a orientação: “fico muito feliz com sua escolha. Mas, saiba de uma coisa: como Juiz de Direito, você terá vida confortável, porém jamais será rico”. E não me arrependi, pois dinheiro não é tudo. Pelo contrário, tenho muito orgulho de haver servido a Magistratura Paulista durante 44 anos, de janeiro de 1970 a fevereiro de 2014.



A Lei Estadual nº 1.162, de 31 de julho de 1951, criou o Tribunal de Alçada do Estado de São Paulo. E o ora homenageado, JOSÉ LUIZ VICENTE DE AZEVEDO FRANCESCHINI, foi promovido para essa Corte por decreto de 29 de setembro de 1967. Entretanto, como um único órgão de alçada mostrava-se insuficiente para atender a demanda, a Lei nº 9.125, de 19 de novembro de 1965 trouxe o triplicamento do único Tribunal de Alçada em Primeiro e Segundo Tribunais de Alçada Civil e em único Tribunal de Alçada Criminal.

Embora criado aos 19 de novembro de 1965, somente aos 19 de setembro de 1967, graças à Lei nº 9.846, que abriu crédito destinado a atender às suas despesas, tornou-se possível o funcionamento do Tribunal de Alçada Criminal de São Paulo.

O TACRIM passou a ser integrado pelos 12 componentes da Seção Criminal do então único Tribunal de Alçada, entre eles o ora homenageado, e foram abertas 5 novas vagas, totalizando o número de 17 Ministros – denominação então dada aos seus integrantes –, divididos em 4 Câmaras. Foi assim que JOSÉ LUIZ VICENTE DE AZEVEDO FRANCESCHINI foi promovido a Juiz do Tribunal de Alçada Criminal de São Paulo, por decreto de 29 de setembro de 1967, assumindo seu cargo em 2 de outubro de 1967, data da instalação da nova Corte. O dia 1º de outubro de 1967 foi fixado por lei para o início da vida autônoma do novo Colegiado e, no dia seguinte, 2 de outubro, o saudoso TACRIM foi instalado em sessão solene presidida pelo então Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, Desembargador Samuel Francisco Mourão. E, na mesma sessão, foi eleito seu primeiro Presidente, o Ministro Manoel Pedro Pimentel, que proximamente também será homenageado por este Tribunal.

AZEVEDO FRANCESCHINI participou ativamente dos trabalhos para a elaboração do primeiro Regimento Interno da nova Casa, tendo, inclusive, preparado individualmente um anteprojeto que foi objeto de intensa análise, discussão e colaboração dos colegas.

Aliás, desde a sua instalação, o Tribunal de Alçada Criminal revelou vocação para aprimorar a legislação, oferecendo consistente contributo para a maior eficiência da justiça penal. Em virtude de trabalho do então Ministro AZEVEDO FRANCESCHINI, propondo a apreciação das revisões criminais por grupos de câmaras, foi editado o Decreto-Lei Federal nº 504, de 18 de março de 1969, permitindo a divisão do Tribunal em grupos e a aceleração sensível no desfecho dos pedidos revisionais.

Em 1969 o ora homenageado foi o juiz que mais votos proferiu na nova Corte, dando sequência a uma prestação jurisdicional tempestiva, atuante, rigorosa e sempre cuidadosa. E em sessão plenária realizada em 16 de dezembro de 1969, para suceder ao presidente Manoel Pedro Pimentel foi eleito o juiz João Guzzo Filho. Este, porém, não aceitou o mandato, em virtude de questões de ordem particular. Seguiu-se, então, a eleição de JOSÉ LUIZ VICENTE DE AZEVEDO FRANCESCHINI para Presidente do Tribunal de Alçada Criminal de São Paulo, para o biênio 1970/1971.

Na presidência do Tribunal de Alçada Criminal, foi gestor exemplar, inovador e revolucionário, de visão, arrojo e progressista, deixando obras que foram paradigmas de organicidade e funcionalidade. No ano de 1970 iniciou-se no TACRIM o trabalho de microfilmagem de forma pioneira em todo o país, e os serviços gráficos tornaram a Casa autossuficiente em relação às suas necessidades tipográficas. No mesmo ano, o TACRIM participou oficialmente do IV Congresso de Direito Penal e Ciências Afins, realizado em Recife, apresentando comunicação e teses elaboradas pelos juizes Manoel Pedro Pimentel, Dínio de Santis Garcia e JOSÉ LUIZ VICENTE DE AZEVEDO FRANCESCHINI, designado pelo governo do Estado para chefiar a delegação paulista. Nesse congresso, todos os trabalhos foram impressos pelo novo setor gráfico do Tribunal para distribuição aos congressistas. Na mesma época realizou-se o III Colóquio de Direito Processual, em Cambuquira, Estado de Minas Gerais, com a participação oficial do juiz Dínio de Santis Garcia que, com a colaboração do então “futuro magistrado de primeira instância, Pedro Luiz Ricardo Gagliardi”, na linguagem do presidente AZEVEDO FRANCESCHINI, preparava programa destinado a introduzir a computação eletrônica no Tribunal. Criou-se junto à Biblioteca o departamento que foi o primeiro Centro de Cibernética Jurídica de São Paulo, destinado à efetivação de pesquisas atinentes à aplicação do processamento de dados aos serviços judiciários e à informação



jurídica, bem como ao recorte, classificação e guarda de todos os artigos e notícias relativas a tais matérias. Em 1971, o agora homenageado foi o idealizador do I Encontro dos Tribunais de Alçada do Brasil, sob os auspícios da Secretaria de Turismo e Fomento do Município de São Paulo, com a participação dos congêneres da Guanabara, Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro, contribuindo com genialidade para um conagraçamento de efeitos perenes na família judiciária dos Estados que mantinham aquelas cortes. E por iniciativa do TACRIM, o jurista Sebastian Soler visitou o país, para proferir duas importantes conferências no Salão Nobre da Casa.

Mas, também dos servidores não se esqueceu o então presidente. Entre outras coisas, contratou ônibus para o transporte dos funcionários, instalou música ambiente no recinto do Tribunal, tornando-o mais agradável, e criou o coral do TACRIM, transformando juízes e servidores membros de uma verdadeira família, alegre e amiga. Isso era revelado nas festas de conagraçamento realizadas em ocasiões especiais, como na época do Natal, às quais eu era levado por meus pais. Aliás, até hoje sou cumprimentado por antigos servidores, admiradores de Papai, pelo que ele realizou naquele tempo.

Mas, se o agora homenageado era sério e comprometido com o trabalho, em momentos convenientes não dispensava brincadeiras. Na sala da Presidência, mantinha sobre a mesa um pote com balas ou chocolates. À entrada do visitante, pedia-lhe um instante para terminar um despacho. E quando percebia que o visitante tinha os olhos fixos no pote, gentilmente deixava-o à vontade para servir-se. E depois se divertia silenciosamente ao notar o interlocutor com a língua azul de metileno ou mascando desajeitadamente a rolha que estava contida no chocolate. Certa feita, durante uma sessão, enquanto o Relator proferia seu voto, notou que o Revisor, ao seu lado, deixara os óculos sobre a mesa. Furtivamente retirou os óculos do lugar, de modo que, ao ser-lhe dada a palavra, o Revisor, com grande aflição, passou a procurar o indispensável instrumento, sem o qual não teria possibilidade de ler e participar do julgamento.

Por decreto de 26 de setembro de 1975, AZEVEDO FRANCESCHINI foi promovido a Desembargador do Tribunal de Justiça de São Paulo. Mas nesta Corte de Justiça permaneceu por apenas 4 anos, aposentando-se prematuramente em 11 de maio de 1979, quando estava, segundo escreveu em sua carta de despedida datada de 9 de maio de 1979, “a uma distância de mais de oito anos de um compulsório afastamento etário, após trinta e seis anos completos de serviços prestados ao Judiciário e de quarenta e dois, também inteirados, de trabalho efetivo no funcionalismo estadual”.

Ao despedir-se da Magistratura, o Desembargador JOSÉ LUIZ VICENTE DE AZEVEDO FRANCESCHINI revelou que o desvestir da toga não era espontâneo e não o deixava feliz: tinha sido opção compulsória, porque se viu instado a confrontar duas atividades de nobreza igual, mas de exercício que a lei deixara de permitir simultâneo.

De fato, aproximava-se a data da vigência da Lei Orgânica da Magistratura, Lei Complementar nº 35, de 14 de março de 1979, que continha um dispositivo que o proibia de continuar a exercer cargos de direção na Fundação Nossa Senhora Auxiliadora do Ipiranga, instituída em 1896 por meu bisavô paterno, o conde papal José Vicente de Azevedo, entidade que neste mês de novembro está prestes a completar 119 anos de existência ininterrupta, e que até hoje tem grande participação de descendentes do instituidor, inclusive da minha. O ora homenageado havia sido admitido como Conselheiro da Fundação em 11 de março de 1954, logo após sua promoção para a Capital, e a partir do ano de 1955 passou a integrar a diretoria, tendo sido Secretário, Vice-Presidente e Presidente da entidade, durante vários e seguidos mandatos. Quando da proibição legal, JOSÉ LUIZ VICENTE DE AZEVEDO FRANCESCHINI estava há 24 anos ocupando cargos de direção na fundação e à época era o seu Vice-Presidente reeleito. Além disso, dedicava-se, também, à Clínica Infantil do Ipiranga, igualmente de origem familiar, à época mantenedora do Hospital Infantil Dom Antonio de Alvarenga e da Maternidade Nossa Senhora do Nazaré. Graças ao seu dinamismo e grande amor ao trabalho, mantinha a atividade jurisdicional escrupulosamente em dia e conseguia dar conta de todos os seus demais afazeres, circunstância ressaltada pelo Desembargador Macedo Costa em discurso em sua homenagem por ocasião da aposentadoria, em Sessão Plenária do Tribunal de Justiça de 21 de maio de 1979, quando ressaltou: “Ora, a ninguém é lícito negar que o Desembargador Azevedo





Franceschini tem, excepcionalmente, uma capacidade de trabalho fora do comum. A sua extensa e bem cuidada bibliografia e as múltiplas prestações que bem executa à margem da boa judicatura, faz supor que está próximo do homem biônico”.

Assim, pessoa muito religiosa que era, por ter sido obrigado a fazer, pesarosamente, uma opção de vida, escolheu o que chamou “dever de estirpe”, vereda em que acreditava poder ser mais útil aos seus semelhantes e à sociedade.

Ao aposentar-se como Magistrado, o Desembargador AZEVEDO FRANCESCHINI enviou a seus colegas e amigos um cartão de visita onde se lia a expressão “otio cum dignitate”. Mas, ela não correspondia inteiramente à realidade, pois até pelo menos o ano de 2004, dedicou-se intensa e pessoalmente, com grande entusiasmo, às duas instituições mencionadas. Muito culto e amante da literatura e da poesia, porém, passou a ter um pouco mais de tempo para dedicar-se a esse lazer.

O ora homenageado, sem dúvida, deixou grande legado para a Justiça Paulista: seus julgados, sua participação em diversas atividades jurídicas e culturais, a autoria de vários trabalhos e inúmeros livros publicados. Em vida, recebeu muitos títulos honoríficos e condecorações.

Era esposo admirável, pai e avô idolatrado. Formava um belo e amado par com minha mãe Evangelina. Semanalmente o casal recebia, aos domingos, os filhos, netos e bisnetos em sua casa para reunião e jantar, estreitando os laços familiares e proporcionando a todos momentos agradáveis e bem humorados, com muitas brincadeiras. Até que, com as contínuas queixas de minha mãe, de que sua única diversão em São Paulo, durante toda a semana, era olhar pela janela do apartamento onde moravam os carros que transitavam pela rua, mudaram-se para a “Toca do Lobo Solitário”, em Monte Alegre do Sul, onde passaram a cuidar das plantas em paisagem maravilhosa e a desfrutar do clima sem poluição e das águas limpas das fontes.

Ocasões felizes continuamos a ter lá em alguns finais de semana, sempre com muitas brincadeiras, de que mais participavam meu pai e minha esposa Vera Lucia Norder Franceschini, ambos tachados por minha mãe como “os palhaços do circo”. E com muito prazer apreciávamos a declamação de poesias de sua autoria e de outros poetas, principalmente de Olavo Bilac, em toda sua inteireza, sem nenhum lapso de memória, além de cantarmos em conjunto os sambinhas de outrora. Durante as despedidas, sempre bem humorado, meu pai dizia aos viajantes ocupantes do carro em alta voz: “voltem logo, voltem logo”, para em seguida, completar sussurrando: “para suas casas”.

Já com idade avançada, e pressentindo o seu final de vida, passou a repetir um poema, com a seguinte entonação:

“Saudade, minha saudade,  
único bem que me resta...  
Em toda parte, em que estou,  
Eu sinto um cheiro de festa  
– e eu sei que a festa a-ca-bou.”

Em 13 de julho de 2012, aos 93 anos de idade, faleceu o Desembargador JOSÉ LUIZ VICENTE DE AZEVEDO FRANCESCHINI, em Monte Alegre do Sul.

Seu nome foi dado ao Fórum Regional XV Butantã por decisão do E. Tribunal de Justiça de São Paulo através do Assento Regional nº 538, de 22 de outubro de 2014 – o que também muito agradeço – e, recentemente, por ocasião da comemoração do Dia do Patrono realizada naquela regional em 18 de setembro de 2015, foi alvo de tocante manifestação de respeito e admiração dos Magistrados, Promotores, Defensores, Advogados, Autoridades, Servidores e pessoas locais.

Eis, enfim, o perfil do nosso homenageado. Embora tisonada pela suspeição, emocionado, ousou fazer a seguinte declaração: muito adequada foi a iniciativa deste E. Tribunal, proporcionando-me a oportunidade de fazer dupla homenagem, ao querido Poder Judiciário Bandeirante e a um dos seus ilustres integrantes.



Muito obrigado pela atenção, carinho e amizade.

A oradora em nome da família foi uma das irmãs do homenageado, **Maria Gabriela Franceschini Vaz de Almeida**, que, aos 93 anos, emocionou o público ao ler uma carta enviada em outubro de 1985 pelo seu pai, Furio Franceschini, a José Luiz Vicente, em ocasião da posse deste como desembargador.

O vice-presidente do Tribunal de Justiça, desembargador **Eros Piceli**, falou no encerramento da solenidade e ressaltou sua estima pelo orador, pois foi juiz substituto de Gonzaga Franceschini no Foro de São Miguel Paulista e o sucedeu na Vice-Presidência da Corte. “Só posso agradecer pelas palavras”, disse ao orador, “e elogiar a vitalidade e lucidez verdadeiramente espantosas da senhora Maria Gabriela”.

Prestigiaram a cerimônia o decano do TJSP, desembargador José Damiano Pinheiro Machado Cogan; o presidente da Seção de Direito Privado do TJSP, desembargador Artur Marques da Silva Filho; o presidente da Seção de Direito Público, desembargador Ricardo Mair Anafe; o presidente da Seção de Direito Criminal em exercício, desembargador Ricardo Cardozo de Mello Tucunduva; o juiz assessor e chefe do Gabinete Civil da Presidência, Ricardo Felício Scaff; o presidente da Comissão de Resgate da Memória da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção São Paulo, José de Ávila Cruz, representando o presidente da OAB; o chefe de gabinete da Presidência do TJSP e decano da Academia Paulista de Letras, poeta Paulo Bomfim; o filho do homenageado, José Inácio Gonzaga Franceschini; suas noras Vera Lucia, Bernadete e Maria de Las Gracias; os netos Marina Eduardo, Márcia, Maria Cristina, Ana Carolina, Renata, José Luiz, Vitória, Marcelo, Juliana, Fernanda e Guilherme; os bisnetos Matheus, Gabriela, Paulo Roberto, Júlia, Pedro e Luiza; demais desembargadores, juizes, advogados, familiares, servidores e amigos.

